

Enquadramento Geral

As Demonstrações Consolidadas assumem um papel primordial da gestão das finanças públicas. A consolidação de contas surgiu como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada, pelas entidades que integram as Administrações Públicas, podendo ser definidos vários níveis de consolidação, combinando as entidades consolidadas com a entidade consolidante, em função das necessidades de informação.

Em 2020 entrou em vigor um novo modelo de implementação contabilística designado “Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP”, que define novas regras de consolidação, nomeadamente através da aplicação da NCP 22- Demonstrações Financeiras consolidadas.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, permitindo, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além das contas individuais que são obrigadas a apresentar, as entidades associativas municipais passaram, também, a apresentar as contas consolidadas do grupo em que se enquadram.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no setor público local permite melhorar a informação contabilística, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si.

Disposições Legais

No n.º 1, artigo 75º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais prevê-se que «Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas».

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 8) que «Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.»

Foi, publicado o DL n.º 192/2015 de 11 de setembro, que veio no art.º 7º estabelecer o perímetro de consolidação das contas e definir as regras de Consolidação através das Normas de Contabilidade Pública (NPC).

1. Definições

Entidade mãe ou entidade consolidante ou entidade que controla:

É a entidade associativa que controla uma ou mais entidades.

Entidade controlada

É uma entidade que é controlada por outra entidade.

Perímetro de consolidação:

Abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações financeiras consolidadas

São as demonstrações financeiras de um grupo público em que os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das suas entidades controladas são apresentadas como se de uma única entidade se tratasse, o Grupo Público.

Grupo Público

Consiste na entidade que controla e as entidades controladas. Um grupo público pode incluir entidades com objetivos sociais e outras com objetivos económicos.

Diferenças de consolidação:

São as diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo-se decompor em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição.

Método de Consolidação

Este método consiste na integração no Balanço e na Demonstração de Resultados, da entidade consolidante dos elementos respectivos do Balanço e das Demonstrações dos Resultados das entidades consolidadas.

Haverá lugar à eliminação dos investimentos financeiros e ao apuramento das diferenças de consolidação.

2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras participadas

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do Capital Detido em 2022	Obs.
Associação de Municípios do Vale do Sousa	Praça D. António Meireles nº 45, 4620-130 - Lousada	Atividades nas seguintes áreas: Promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental; Conceção e execução de projetos de valorização dos recursos do Vale do Sousa; Proteção e promoção do património histórico, cultural e turístico do Vale do Sousa e o Desenvolvimento da Sociedade do conhecimento no Vale do Sousa.			a)
AMBISOUSA, EIM	Avenida Sá e Melo nº 30 Cristelos, 4620-151 - Lousada	Exploração da atividade de recolha, transferência, tratamento e deposição de resíduos sólidos, de tratamento e rejeição de efluentes e de limpeza pública, na área abrangida pela AMVS.	AMVS	100,00%	b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, daqui em diante AMVS.

b) Entidade controlada a 100% pela Associação de Municípios do Vale do Sousa, daqui adiante AMBISOUSA

Em relação às entidades incluídas no perímetro da consolidação, apresenta-se de seguida o quadro com o número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício económico de 2023, repartido por categorias:

Entidade	Categoria	Nº	Nº
		Trabalhadores	Trabalhadores
		Ano 2022	Ano 2023
Associação de Municípios do Vale do Sousa	Total	22	22
	Dirigentes Superiores de 1º Grau	1	1
	Dirigentes Intermediários de 1º Grau	0	0
	Chefes de Equipa Multidisciplinar	2	2
	Técnicos Superiores	10	10
	Informático	2	2
	Assistentes Técnicos	3	3
	Assistentes Operacionais	4	4
AMBISOUZA, EIM	Total	127	127
	Administrador Executivo	1	1
	Responsável Departamento	0	4
	Engenheiro Ambiente	4	1
	Técnico Sup. Exploração e Valorização	4	1
	Encarregado	3	3
	Auxiliar de Encarregado/Sub-Encarregado	2	2
	Administrativos	4	4
	Jurista	1	1
	Contabilista Certificado	1	1
	Operadores de Triagem/ Aterro/CVE/AO	81	82
	Assistentes técnicos	2	2
	Rececionista	1	1
	Manobreadores	4	4
	Motoristas	13	16
	Chefes de equipa	2	2
	Técnico Superior	0	1
Gestor de Frota	0	1	
Total Grupo	149	149	

Não existem entidades excluídas de consolidação.

3. Demonstrações Financeiras consolidadas

Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas compreende:

1. Um balanço consolidado;
2. Uma demonstração de resultados consolidados por natureza,
3. Uma demonstração das alterações no património líquido consolidado;
4. Uma demonstração de Fluxos de Caixa consolidado; e
5. Anexo às demonstrações Financeiras consolidadas.

1. Balanço Consolidado

1. Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2023

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2023	31.12.2022
ATIVO			
Ativo não corrente		23 470 367,06 €	18 279 643,86 €
Ativos fixos tangíveis	(5)	22 785 275,38 €	17 232 939,07 €
Ativos intangíveis	(3)	657 630,68 €	1 022 520,91 €
Participações financeiras	(18)	27 461,00 €	510,00 €
Outros Investimentos Financeiros	(23.1.1)	0,00 €	23 673,88 €
Ativo corrente		7 701 926,98 €	12 660 573,30 €
Inventários	(10)	218 240,97 €	188 747,08 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	(23.1.2)	440 458,05 €	512 283,67 €
Clientes, contribuintes e utentes	(23.1.3)	3 248 500,50 €	3 051 766,49 €
Estado e Outros entes Públicos	(23.1.4)	54 374,87 €	93 248,94 €
Outras contas a receber	(23.1.5)	307 403,86 €	359 710,59 €
Diferimentos	(23.1.6)	8 682,98 €	39 129,60 €
Caixa e depósitos	(23.1.7)	3 424 265,75 €	8 415 686,93 €
Total Ativo		31 172 294,04 €	30 940 217,16 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		22 496 569,34 €	19 877 312,45 €
Património/Capital	(23.3)	7 238 131,62 €	7 238 131,62 €
Reservas	(23.3)	2 922 292,60 €	2 922 292,60 €
Resultados transitados	(23.3)	10 162 316,61 €	7 739 275,60 €
Ajustamentos em ativos financeiros	(23.3)	0,00 €	0,00 €
Outras variações no património líquido	(23.3)	2 287 802,45 €	2 360 192,66 €
Resultado líquido do período		-113 973,94 €	-382 580,03 €
Total Património Líquido		22 496 569,34 €	19 877 312,45 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		2 720 347,97 €	4 927 397,22 €
Provisões	(15)	2 663 448,08 €	4 868 093,33 €
Passivos por impostos diferidos	(23.2.1)	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	(23.2.2)	56 899,89 €	59 303,89 €
Passivo corrente		5 955 376,73 €	6 135 507,49 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	(23.2.3)	0,00 €	0,00 €
Fornecedores	(23.2.4)	1 535 347,18 €	1 375 037,27 €
Estado e outros entes públicos	(23.2.5)	84 682,37 €	60 579,35 €
Financiamentos Obtidos	(23.2.6)	5 659,37 €	0,00 €
Outras contas a pagar	(23.2.7)	4 329 687,81 €	4 699 890,87 €
Total Passivo		8 675 724,70 €	11 062 904,71 €
Total Património Líquido e Passivo		31 172 294,04 €	30 940 217,16 €

2. Demonstração de Resultados Consolidados por Natureza

2. Demonstração de Resultados por naturezas Consolidados do período findo em 31 de dezembro de 2023

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Vendas	(23.4.1)	2 494 821,53 €	2 521 043,99 €
Prestações de serviços e concessões	(23.4.2)	4 132 726,08 €	3 380 059,75 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	(23.4.3)	2 930 418,62 €	2 799 510,39 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	(23.4.4)	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10)	-604 478,17 €	-690 382,13 €
Fornecimentos e serviços externos	(23.4.5)	-4 591 219,56 €	-4 264 815,69 €
Gastos com pessoal	(18)	-3 265 159,65 €	-3 144 855,28 €
Transferências e subsídios concedidos	(23.4.6)	-39 342,56 €	-39 342,56 €
Provisões		0,00 €	148 786,00 €
Outros rendimentos	(23.4.7)	641 019,22 €	626 147,77 €
Outros gastos	(23.4.8)	-264 371,28 €	-231 448,93 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 434 414,23 €	1 104 703,31 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(23.4.9)	-1 523 891,17 €	-1 477 958,42 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-89 476,94 €	-373 255,11 €
Juros e Gastos similares	(23.4.10)	-83,22 €	-2,56 €
Resultado antes de impostos		-89 560,16 €	-373 257,67 €
Impostos sobre o rendimento do período	(23.4.11)	-24 413,78 €	-9 322,36 €
Resultado líquido do período		-113 973,94 €	-382 580,03 €

3. Demonstração das alterações no património Líquido consolidado

3. Demonstração consolidada das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2023

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Património Líquido
	Capital / Património Realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Variações no património próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	7 238 131,62	2 922 292,60	0,00	7 739 275,60	0,00	2 360 192,66	-382 580,03	19 877 312,45	19 877 312,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Aplicação de resultado líquido				-382 580,03			382 580,03		0,00
Realização do excedente de revalorização									
Excedentes de revalorização e respectivas variações									

Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			2 805 621,04	0,00	-72 390,21	0,00	2 733 230,83	2 733 230,83	
2	0,00	0,00	0,00	2 423 041,01	0,00	-72 390,21	382 580,03	2 733 230,83	2 733 230,83
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3							-113 973,94	-113 973,94	0,00
RESULTADO INTEGRAL 4=2 + 3							268 606,09	2 619 256,89	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital / Património Entradas para coberturas de perdas Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N 6=1+2+3+5	7 238 131,62	2 922 292,60	0,00	10 162 316,61	0,00	2 287 802,45	-113 973,94	22 496 569,34	22 496 569,34

4. Fluxos de caixa consolidado

4. Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2023

Rubricas	Período	
	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	10 324 605,48 €	10 609 467,16 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	2 943 240,59 €	2 859 373,97 €
Pagamentos a fornecedores	-9 024 494,20 €	-5 516 547,51 €
Pagamentos ao pessoal	-2 823 818,62 €	-2 873 905,05 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-39 342,56 €	-39 342,56 €
Caixa gerada pelas operações	1 380 190,69 €	5 039 046,01 €
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento	5 265,32 €	-18 605,04 €
Outros recebimentos/pagamentos	-841 744,00 €	-2 866 965,15 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	543 712,01 €	2 153 475,82 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-8 520 928,87 €	-8 930 621,38 €
Pagamentos - Ativos intangíveis	0,00 €	-111 509,70 €
Pagamentos - Investimentos Financeiros	-4 172,56 €	-8 912,17 €
Pagamentos - Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Investimentos Financeiros		
Recebimentos - Outros ativos		

Recebimentos - Subsídios de investimento		
Recebimentos - Transferências de capital	22 766,61 €	185 497,03 €
Juros e Rendimentos similares		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-5 556 995,30 €	-8 865 546,22 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios e doações	21 862,11 €	18 843,94 €
Dividendos	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e Gastos similares		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	21 862,11 €	18 843,94 €
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-4 991 421,18 €	-6 693 226,46 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe	8 415 686,93 €	10 196 899,34 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	3 424 265,75 €	8 415 686,93 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	8 415 686,93 €	10 196 899,34 €
Saldo da gerência anterior (SGA)	326 211,63 €	10 196 899,34 €
SGA De execução orçamental		
SGA De operações de tesouraria		
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	3 424 265,75 €	8 415 686,93 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		
SGS De execução orçamental		
SGS De operações de tesouraria		

O perímetro de consolidação da Associação de Municípios abrange uma entidade de natureza empresarial que não está obrigada legalmente à elaboração de documentos previsionais e de prestação de contas de natureza orçamental em termos idênticos ao previsto no SNC-AP.

Tal situação dificulta a elaboração do referido Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais, pois a informação da AMBISCUSA, teria de ser preparada especificamente para esta finalidade, o que acarretaria elevados custos.

5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

As notas agora apresentadas seguem o estabelecido na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, no que se refere ao Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e sua sequência numérica. As notas às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o nº de ordem.

Outras Informações consideradas relevantes

Informações relativas aos procedimentos de consolidação

- Obtiveram-se as demonstrações financeiras individuais da AMBISOUSA que concorre para o perímetro de consolidação assim como os detalhes contabilísticos de todos os saldos e transações realizados entre elas.

Relativamente à anulação do investimento financeiro, não foi apurada qualquer diferença de consolidação.

- Nas suas demonstrações financeiras individuais, a AMVS adota o método da equivalência patrimonial (MEP) para a valorização dos seus investimentos financeiros na AMBISOUSA, EIM.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se valorizados pelo método de custo de aquisição.

Informações relativas aos compromissos

- As responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, são as seguintes:

Grupo Autárquico			Ano 2023
Entidade	Beneficiário	Finalidade	Valor
1	2	3	4
AMBISOUSA, EIM	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 3/2006/INR	18 750,00
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 11/2006/INR	18 750,00
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 01/2010/CCDRN	15 875,17
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Renovação Licença de exploração nº 11/2006/INR	134 000,00
Total			187 375,17

Informações relativas às remunerações aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções

Grupo Autárquico				Ano: 2023	Observações
Designação		Associação de Municípios do Vale do Sousa	AMBISOUSA, EIM	Unidade: Euro	
Situação na Entidade	Nome			Total	Período de responsabilidade
Presidente	Nuno Alexandre Martins da Fonseca	a)		0,00	01.01.2023 a 31.11.2023
Vice-Presidente	José Duarte de Sousa e Rocha	a)		0,00	01.01.2023 a 31.11.2023
Membro	Pedro Daniel Machado Gomes	a)		0,00	01.01.2023 a 31.11.2023
Membro	Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito	a)		0,00	01.01.2023 a 31.11.2023
Membro	José Alexandre da Silva Almeida	a)		0,00	01.01.2023 a 31.12.2023

Membro	Antonino Aurélio Vieira de Sousa	a)		0,00	01.01.2023 a 31.12.2023
Presidente do Conselho de Administração	Antonino Aurélio Vieira de Sousa		a)	0,00	01.01.2023 a 31.12.2023
Vogal do Conselho de Administração	Nuno Alexandre Martins da Fonseca		a)	0,00	01.01.2023 a 31.12.2023
Vogal do Conselho de Administração	José Alexandre da Silva Almeida		a)	0,00	01.01.2023 a 31.12.2023
Total				0,00	

a) Não remunerado.

1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade que controla, período de relato

Designação	AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa
NIPC	502599189
Natureza	Entidade Pública
Endereço Postal	Praça D. António Meireles nº 45
Código Postal / Localidade	4620-130 LOUSADA
Telefone	255810700
Endereço de correio eletrónico:	valsousa@valsousa.pt
Sítio na internet:	www.valsousa.pt
Tem serviços de natureza consultiva e/ ou serviços de fiscalização	não

1.2 – Legislação

Regime Financeiro	Administração Local
Regime Jurídico	Associação Municípios Fins Específicos (Direito Público)
Código de Atividade Económica (CAE)	94110
Código da classificação Orgânica	084113 – Administração Local – Entidade Reclassificada
Tutela	Ministério da Modernização do Estado e Administração Pública

A Valsousa foi constituída em 1989, no dia 15 de Julho, encontra-se sediada em Lousada e congrega as vontades dos seis Municípios associados: Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. Articuladamente intervém numa dimensão supramunicipal, em todas as áreas do desenvolvimento, estando institucionalmente capacitada para proceder a uma abordagem global e integrada das problemáticas inerentes ao território e à qualidade de vida das populações, podendo ainda viabilizar práticas de concertação, de negociação e de cooperação institucional, de forma a enquadrar e concretizar as políticas e os projetos que visam promover o desenvolvimento local, principalmente ao nível de acessibilidades, saneamento básico, turismo, fomento económico, educação, cultura, desporto e ação social.

Publicação dos estatutos no DR nº 88, III série de 15 de abril de 1994, com alterações publicadas no DR nº 262, III série de 13 de Novembro de 2000.

1.3 – Participações da Entidades

A Associação de Municípios do Vale do Sousa detém a 100% uma empresa intermunicipal, denominada AMBISOUSA, EIM criada para tratamento e gestão de resíduos sólidos urbanos do Vale do Sousa.

1.4 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo em conta a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das demonstrações financeiras de acordo com Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e a NCP22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

- Sempre que o SNC-AP não contemple o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, é feita a integração de lacunas de acordo com o Artigo 13º do DL nº 192/2015 de 11 de setembro.

- A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos.

- As notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, não obstante, a ordem numérica das mesmas mantém-se impreterivelmente.

- A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental não foi aplicada uma vez que a entidade controlada aplica o SNC e como tal não tem de elaborar Demonstrações Orçamentais o que impede a consolidação.

- A NCP 27 – Contabilidade de Gestão não foi aplicada uma vez que a Contabilidade de Gestão não foi ainda implementada.

- Não há lugar a descentralização contabilística.

- Desagregação dos valores inscritos em Caixa e Depósitos:

Conta	Grupo
Caixa	149,23
Depósitos à ordem	3 362 216,63
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00
Depósitos bancários à Ordem	3 362 216,63
Depósitos a prazo	5 000,00
Depósitos consignados	
Depósitos de garantias e cauções	56 899,89
TOTAL	3 424 265,75

O total dos montantes em caixa e depósitos, é de 3.424.265,75€. Dos montantes existentes em depósitos, 56.899,89€ não estão disponíveis para mobilização, correspondendo aos depósitos de Garantias e Cauções prestadas pelos fornecedores resultante de uma imposição legal para assegurar a proteção da entidade perante o incumprimento do contrato. O montante de 3.362.216,63€ corresponde aos valores de depósitos à ordem que podem ser imediatamente mobilizáveis. Existem 5.000,00€ em depósitos a prazo. O valor em caixa é residual e de 149,23€.

Em relação ao período homologo existe uma diminuição de 59,31% no valor de Caixas e Depósitos.

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas de acordo com a NCP em toda a sua extensão.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato, 31 de dezembro de 2023, com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos financeiros;
- c) Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados;
- d) Reconhecimento do rendimento associado às taxas;
- e) Especialização das taxas de execução dos projetos co-financiados.

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo em conta os princípios da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto no SNC-AP, as políticas contabilísticas adotadas foram as seguintes:

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para uso administrativo. Espera-se que estes bens com substância física sejam usados por mais de um período de relato. São exemplos de Ativos Fixos (quer de domínio público, quer de domínio privado) o Equipamento militar, Infraestruturas, bens do património histórico.

O Tratamento contabilístico aos ativos fixos tangíveis está definido na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta Norma define o âmbito da aplicação, o reconhecimento, a mensuração no reconhecimento, a mensuração do custo a mensuração subsequente e o desreconhecimento.

Os ativos fixos tangíveis da Valsousa, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os Ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com as taxas do Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento, que substituiu a Portaria nº 671/200, de 17 de Abril, que aprovou o CIBE.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, utilizando o método da linha reta, sendo as seguintes as taxas médias

Ativos Fixos Tangíveis	Anos de Vida Útil	Taxas
Edifícios e Outras Construções	Entre 5 e 80 anos	1,25% a 20%
Equipamento Transporte	8 anos	12,50%
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 5 anos	20% a 33,33%
Equipamento Básico	Entre 8 e 20 anos	5%-12,5%
Outros Ativos Fixos	Entre 3 e 20 anos	12,5% a 12,5%

Ativos Intangíveis

O tratamento contabilístico a dar aos ativos fixos intangíveis, vem prescrito na NCP 3 – Ativos Intangíveis. Existem Ativos Intangíveis aos quais poderão ter de ser aplicadas outras normas que não a NCP3, tal como os referidos no parágrafo 3º do nº 2 da NCP3.

No caso do Grupo Público os ativos intangíveis referem-se aos custos incorridos com aquisição de software e à selagem dos aterros.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta. As taxas de amortização são as definidas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Inventários

Aos inventários aplica-se a NCP 10 - Inventários.

No caso do Grupo Público, os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição, utilizando o custo médio como método de custeio. O custo dos inventários inclui os custos de compra. Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição procede-se à redução do valor dos inventários e são constituídas perdas por imparidade.

Participações Financeiras

O Grupo Público detém uma participação financeira, 10% na empresa Pan-Eco.

A esta participação é aplicada a NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros só são reconhecidos quando se tornam uma parte contratual do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- Outras Contas a receber – estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidades acumuladas, de forma a refletir o seu valor realizável à data de relato.

- Fornecedores e Outras Contas a pagar – Encontram-se mensuradas pelo método do custo. São registadas pelo seu valor nominal.
- Caixa e depósitos bancários – Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.
- Estado e Outros Entes Públicos – Os saldos ativos e passivos são apurados com base na legislação em vigor.
- Diferimentos Ativos e Passivos – esta rubrica contempla as transações e acontecimentos relativamente aos quais devam ser reconhecidos nos resultados em períodos futuros e não no período em que ocorrem.
- Rubricas do património – São classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Transferências e subsídios - Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associadas; e
- O mesmo será recebido. Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Rendimento - Transações sem contraprestação

Ao reconhecimento e mensuração do rendimento das transações sem contraprestação são aplicados a NCP – 14 – Rendimento de Transações sem contraprestação

O Grupo Público, reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento.

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação é inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição.

Os rendimentos sem contraprestação do Grupo Público resultam das transferências (Correntes e capital) associadas a projetos co-financiados.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem os salários, o Subsídio de refeição, as contribuições para a Segurança Social (SS) e para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), as férias, subsídio de férias e Natal e faltas por doença pagas e as horas extraordinárias.

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gastos no período.

Especialização de exercícios

O Grupo Público regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, isto é, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC-AP, são utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam os montantes reportados nos valores do ativo e passivo, bem como dos rendimentos e gastos.

As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência de eventos passados, no melhor conhecimento existente à data de relato e de expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis.

As alterações às estimativas posteriores à data da elaboração das demonstrações financeiras serão corrigidas posteriormente. Assim os efeitos reais das transações em questão poderão ser diferentes das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

- a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis - A vida útil de um ativo, esta associada ao seu uso e deve ser revista no final de cada ano.
- b) Análise das imparidades de ativos financeiros - Deverá ser analisada os saldos das contas a receber a cada data de relato e ajustadas pela avaliação dos riscos estimados de cobrança.
- c) Estimativa de férias e subsídio de férias - Este valor é calculado tendo em conta as tabelas de remuneração existentes à data de elaboração das demonstrações financeiras individuais e tendo em conta o nº de funcionários existente.
- d) Especialização das taxas de execução dos projetos co-financiados - Nem sempre a execução do projeto corresponde ao aprovado, pelo que pode ser necessário ajustar as respetivas taxas bem como o reconhecimento do rendimento.

3. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, amortização acumulada e perdas por imparidade no início e final do período estão refletidas nos seguintes mapas:

Quadro 3.1 - Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amort. Acumuladas	Perdas por imparidades	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amort. Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	238 291,46	119 493,32		118 798,14	238 291,46	165 518,43		72 773,03
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	1 222 587,19	318 864,42		903 722,77	903 722,77	318 865,12		584 857,65
Ativos intangíveis em curso								
Total	1 460 878,65	438 357,74	0,00	1 022 520,91	1 142 014,23	484 383,55	0,00	657 630,68

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. internas à entidade	Ver.	Reversões de Perdas por imparidades	Perdas por imparidades	Amortizações do Período	Diferenças cambiais	Diminui.	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico,										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	118 798,14						-46 025,11			72 773,03
Propriedade industrial e intelectual										
Outros	903 722,77						-318 865,12			584 857,65
Ativos intangíveis em curso										
Total	1 022 520,91						-364 890,23			657 630,68

5. Ativos Fixos Tangíveis

Quadro 5.1 - Ativos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Dep. Acum	Perdas por imparidades acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidades acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 788 826,81			2 788 826,81	2 978 996,61			2 978 996,61
Edifícios e outras construções	17 553 218,15	12 968 371,87		4 584 846,28	17 636 080,72	12 051 971,42		5 584 109,30
Equipamento básico	7 241 500,33	5 320 994,68		1 920 505,65	7 258 288,14	5 735 391,89		1 522 896,25
Equipamento de transporte	3 086 193,40	1 731 219,15		1 354 974,26	3 191 569,25	1 911 856,85		1 279 712,40
Equipamento administrativo	1 160 548,43	1 097 668,80		62 879,63	1 165 720,92	1 126 806,35		38 914,57
Equipamentos biológicos								
Outros	4 720 921,65	3 778 925,72		941 995,93	4 720 970,85	4 657 871,97		63 098,88
Ativos fixos tangíveis em curso	5 578 910,52			5 578 910,52	11 317 547,37			11 317 547,37
Total	42 130 119,29	24 897 180,22	0,00	17 232 939,07	48 269 173,86	25 483 898,48	0,00	22 785 275,38

Quadro 5.2 - Ativos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final	
		Adições	Transferências internas à entidade	Ver.	Reversões de Perdas por imparidades	Perdas por imparidades	Depreciações do Período	Dif.	Diminuições		
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)		
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	2 788 826,81	190 169,80									2 978 996,61
Edifícios e outras construções	4 584 846,28	82 862,57					-283 897,08		1 200 297,54		5 584 109,31
Equipamento básico	1 920 505,65	16 787,81					-420 707,62		6 310,41		1 522 896,25
Equipamento de transporte	1 354 974,26	105 375,85					-345 306,68		164 668,97		1 279 712,40
Equipamento administrativo	62 879,63	5 172,49	-291,46				-27 951,44		-894,65		38 914,57
Equipamentos biológicos											0,00
Outros	941 995,93	49,20					-153 193,71		-725 752,54		63 098,88
Ativos fixos tangíveis em curso	5 578 910,52	7 882 440,57	-2 143 803,72				0,00				11 317 547,37
Total	17 232 939,07	8 282 858,29	-2 144 095,18				-1 231 056,53		644 629,73		22 785 275,38

Quadro 5.2A - Ativos Tangíveis - adições

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferências ou troca	Doação, Herança, legado...	Datação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+...+(9)
Outros ativos fixos tangíveis										

Terrenos e recursos naturais		190 169,80								190 169,80
Edifícios e outras construções		82 862,57								82 862,57
Equipamento básico		16 787,81								16 787,81
Equipamento de transporte		105 375,85								105 375,85
Equipamento administrativo		5 172,49								5 172,49
Equipamentos biológicos		0,00								0,00
Outros		49,20								49,20
Ativos fixos tangíveis em curso		7 882 440,57								7 882 440,57
Total		8 282 858,29								8 282 858,29

O aumento da quantia escriturada em 2023 foi de 8.282.858,29€ e diz respeito à aquisição/construção de Edifícios em curso e de diversos equipamentos, nomeadamente de transportes.

10. Inventários

As quantias escrituradas de inventários encontram-se referidas nos quadros seguintes:

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	108 248,02		108 248,02
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	109 992,95		109 992,95
Produtos acabados e intermédios			0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00
Produtos e trabalhos em curso			0,00
Total	218 240,97	0,00	218 240,97

Quadro 10.1 - Inventários - Movimentos do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no Período							Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações no Inventário	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)+...+(8)	
Mercadorias	81 205,27	32 669,52	-2 800,97				-2 825,80		108 248,02
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	107 541,81	604 128,34	-601 677,20						109 992,95
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00
Produtos e trabalhos em curso									
Total	188 747,08	636 797,86	-604 478,17	0,00	0,00	0,00	-2 825,80	0,00	218 240,97

As quantias de inventários reconhecidas como gastos a 31 de dezembro foi de:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências Iniciais	81 205,27	107 541,81	188 747,08
Compras	32 669,52	604 128,34	636 797,86
Regularização de Existências	-2 825,80		-2 825,80
Existências Finais	108 248,02	109 992,95	218 240,97
Custos no exercício	2 800,97 €	601 677,20 €	604 478,17 €

Não existem imparidades registadas em inventários.

13. Rendimentos de transações com contraprestações

Quadro 13. Rendimento de transação com contraprestação

Tipo de transação sem contraprestações	Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
	(1)	(2)
Venda de bens	6 605 262,61	
Prestações de Serviços	22 285,00	
Juros, Royalties e Dividendos	0,00	
Royalties	0,00	
Dividendos ou distribuições similares	0,00	
Outros	83 037,37	
Total	6 710 584,98	0,00

Os rendimentos obtidos de transações com contraprestação resultam essencialmente da venda de bens e prestação de serviços realizadas pelo Grupo Público.

14. Rendimentos de transações sem contraprestações

Os rendimentos de transações sem contraprestações recebidos à data de 31 de dezembro tinham a seguinte composição:

Quadro 14. Rendimento de transação sem contraprestações

Tipo de transação sem contraprestações	Rendimento do Período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	(2)		(3)		
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos / Indiretos					
Contr. para sistemas de proteção social e subs. de saúde					
Multas e outras penalidades					
Transferências sem condições	2 699 769,75				
Transferências com condição	136 396,55				
Subsídios com condição					

Legados, ofertas e doações					
Outros	21 748,62				
Total	2 857 914,92	0,00	0,00	0,00	0,00

As transferências no montante de 2.857.914,92€ correspondem a rendimentos transferidos pela Administração Local no montante de 2.699.769,75€ (Rendimentos sem condições) e 136.396,55€ de Fundos Europeus: FEDER e Fundo Coesão (Transferências com Condições). Os 21.748,62€ correspondem a correções relativas a anos anteriores e outros não especificados.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15. Provisões

Provisão	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Quantia escriturada Final				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da Quantia da Quantia Escr	Outros aumentos	Total Aumentos	Utilizadores	Reversões	Outras diminuições	Total Diminuições	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=3+4+5	(7)	(8)	(9)	(10)=7+8+9	(11)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais	4 828 093,33			79 847,41	79 847,41	2 244 492,66			2 244 492,66	2 663 448,08
Contratos Onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	40 000,00					40 000,00			40 000,00	0,00
Total	4 868 093,33			79 847,41	79 847,41	2 284 492,66			2 284 492,66	2 663 448,08

As provisões registadas referem-se, na sua maioria, às responsabilidades com o encerramento dos aterros. Não existem outros passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, para além das quantias apresentadas nas contas Provisões.

Encontra-se refletida nas contas de provisão a quantia total descontada da provisão que será necessária para cobrir todos os dispêndios a longo prazo. Em 2023, reverteu-se o montante do desconto relativo ao período de 2023.

O montante das Outras diminuições de 40.000,00€ resultou da anulação da provisão constituída em 2021, uma vez que foi liquidada através da provisão constituída, referente a uma coima da IGAOT.

Assim, em 31.12.2023 o montante total de provisões refletidas em balanço é de 2.663.448,08€.

A quantia não descontada do passivo de longo prazo referente ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento, bem como a taxa de desconto utilizada são os seguintes:

Provisão para Matérias Ambientais	Ano 2023	
	Lustosa	Rio Mau
	3 126 593,77	1 781 332,82

Quantia não descontada do passivo de I.p ao restauro dos locais de encerramento e desmantela		
Taxa de desconto	3,09%	30,90%
Valor do desconto	53 204,77	26 642,64
	3 073 389,00	17 546,00
Data estimada de encerramento dos aterros		

17. Acontecimentos após a data de relato

Não existiram acontecimentos relevantes após a data de relato, e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas que não estejam já registadas ou divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

18. Instrumentos Financeiros

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada a inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada Final
		compras	Ganhos de Justo valor	Reversões de perdas por imp.	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos Financeiros mensurados ao justo valor através de Resultados	0,00									0,00
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00									0,00
Participações financeiras - Justo valor	510,00									510,00
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	0,00									0,00
Participações financeiras - Custo	0,00									0,00
Outros ativos financeiros	23 673,88	3 277,12								26 951,00
Total	24 183,88	3 277,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 636,32	27 461,00

19. Benefícios dos empregados

No exercício findo a 31 de dezembro de 2023 o Grupo Público incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

Gastos com Pessoal	2023
Remunerações do Pessoal	2 424 007,35 €
Encargos sobre remunerações	543 699,87 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 585,04 €
Outros Gastos	185 272,39 €
Outros encargos sociais	106 595,00 €
Total	3 265 159,65

O número de pessoas ao serviço do Grupo Público em 31 de dezembro de 2023 manteve-se nos 149, com um custo de 3.265.159,65€.

20. Divulgações de partes relacionadas
Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de Entidades Controladas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
Pan-Eco Ambisousa – Energias Renováveis, Lda	Av. Sá e Melo nº 30, 4620-009 Lousada	10%		10%

23 – Outras Notas ao Anexo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Por se considerar relevante divulgações adicionais às definidas e elencadas na NCP 1, para efeitos de melhor compreensão dos acontecimentos ocorridos durante o ano de 2023 sobre a posição financeira e o desempenho financeiro consolidado, procede-se às seguintes divulgações em complemento:

23.1 – Detalhe das contas do Balanço – Ativo
23.1.1 – Outros Investimentos Financeiros

Não existem, no balanço Consolidado outros Investimentos financeiros

23.1.2 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Terceiro	Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final a 31.12.2022	Variação	
				Absoluta	%
0	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	440 458,05	512 283,67	-71 825,62	-14,02%
0	Administração Local	397 937,28	478 496,98	-80 559,70	-16,84%
0	Associações de Municípios	0,00	42 588,32	-42 588,32	-100,00%
502	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	0,00	42 588,32	-42 588,32	-100,00%
0	Municípios	397 937,28	435 908,66	-37 971,38	-8,71%
75	Município de Lousada	129 591,56	68 393,05	61 198,51	89,48%
109	Município de Felgueiras	18 240,63	115 921,18	-97 680,55	-84,26%
110	Município de Penafiel	32 746,80	25 123,29	7 623,51	30,34%
137	Município de Paredes	23 700,00	20 750,01	2 949,99	14,22%
156	Município de Paços de Ferreira	0,00	0,00	0,00	0,00%
436	Município de Amarante	0,00	0,00	0,00	0,00%
437	Município de Baião	0,00	0,00	0,00	0,00%
438	Município de Celorico de basto	188 733,78	187 062,74	1 671,04	0,89%
439	Município de Cinfães	0,00	0,00	0,00	0,00%
440	Município do Marco de Canaveses	0,00	0,00	0,00	0,00%
453	Município de Castelo de Paiva	3 424,51	18 658,39	-15 233,88	-81,65%
470	Município de Resende	1 500,00	0,00	1 500,00	100,00%
	Fundos Comunitários	42 520,77	33 786,69	8 734,08	25,85%
1102	AD&C	42 520,77	33 786,69	8 734,08	25,85%

O montante a receber à data de 31 de dezembro de 2023 é de 440.458,05€. Os montantes de dívidas ao Grupo Público correspondem às dívidas dos Municípios, no montante de 397.937,28€ e o restante

de Fundos Comunitários, 42.520,77€. Este montante corresponde a uma diminuição de 14,02% em relação ao ano anterior e a 71.825,62€ em termos absolutos.

23.1.3 – Clientes, Contribuintes e utentes

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final a 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Clientes, contribuintes e utentes	3 248 500,50	3 051 766,51	196 733,99	6,45%
Clientes c/c	3 248 500,50	3 051 766,51	196 733,99	6,45%
Realizável até 12 meses	3 248 500,50	3 051 766,51	196 733,99	6,45%

O valor em dívida de clientes a 31.12.2023 é de 3.248.500,50€ e corresponde, num valor residual a vendas de produtos de merchandising da Rota do Românico e o restante de clientes do mercado nacional aos quais são prestados serviços. Em relação a 2022, houve um aumento da dívida de clientes de 6,45% a que corresponde a mais 196.733,99€ em termos absolutos.

23.1.4– Estado e Outros entes Públicos

Designação	Saldo Final Credor 31.12.2023	Saldo Final Credor 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Estado e outros entes públicos	54 374,87	93 248,94	-38 874,07	-41,69%
Imposto sobre o rendimento	4 895,22	8 622,71	-3 727,49	-43,23%
Imposto sobre o valor acrescentado	49 479,65	84 626,23	-35 146,58	-41,53%

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro, sendo que em 2023, a diminuição no IVA dedutível era antecipado, uma vez que no ano de 2022 o aumento no montante do IVA a receber do estado, resultou essencialmente do processo inflacionário, que teve efeitos diretos no IVA.

23.1.5 – Outras contas a receber

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final a 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Outras Contas a Receber	307 403,86	359 710,47	-52 306,61	-14,54%
Devedores por acréscimos de rendimentos	273 351,65	246 724,39	26 627,26	10,79%
Outros acréscimos de rendimentos	273 351,65	246 724,39	26 627,26	10,79%
Outros devedores e credores	34 052,21	112 986,08	-78 933,87	-69,86%

O montante das outras contas a receber de 307.403,86€ corresponde ao montante dos outros acréscimos de rendimentos, resultante da regularização de um rendimento já reconhecido nos anos anteriores cujo recebimento ocorreu em 2023 e de outros devedores, no montante de 34.052,21€. O valor das Outras contas a receber diminuiu em 14,54% de 2022 para 2023 a que corresponde um valor absoluto de menos 52.306,21€.

23.1.6 – Diferimentos

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final a 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Diferimentos	8 682,98	39 129,60	-30 446,62	-77,81%
Gastos a reconhecer	8 682,98	39 129,60	-30 446,62	-77,81%

Seguros	890,40	35 046,83	-34 156,43	-97,46%
Assistência e Conservação	727,13	0,00	727,13	100%
Outros	7 065,45	4 082,77	2 982,68	73,06%

Os gastos a reconhecer em 2023 diminuíram em 77,81% quando comparados com o ano de 2022 e corresponde a 30.446,62€ em termos absolutos.

23.1.7 – Caixa e Depósitos

Designação	Saldo Final 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
MEIOS FINANCEIROS LIQUIDOS	3 424 265,75	8 415 686,93	-4 991 421,18	-59,31%
<i>Caixa</i>	149,23	127,30	21,93	17,23%
Caixa A - Sede	49,23	27,30	21,93	80,33%
Caixa B - Penafiel	100,00	100,00	0,00	0,00%
<i>Depósitos à ordem</i>	3 362 216,63	5 851 255,74	-2 489 039,11	-42,54%
Depósitos bancários à Ordem	3 362 216,63	5 851 255,74	-2 489 039,11	-42,54%
Caixa Geral de Depósitos	668 736,45	437 781,63	230 954,82	52,76%
Novo Banco	2 547 467,96	4 084 460,68	-1 536 992,72	-37,63%
Banco Totta & Açores	0,00	2,23	-2,23	-100,00%
Montepio Geral	808,36	0,00	808,36	100,00%
Caixa de Crédito Agrícola	145 203,86	1 329 011,20	-1 183 807,34	-89,07%
<i>Outros Depósitos</i>	61 899,89	2 564 303,89	-2 497 404,00	-97,59%
<i>Depósitos bancários a prazo</i>	0,00	2 500 000,00	-2 500 000,00	-100,00%
Caixa de Crédito Agrícola		2 500 000,00	-2 500 000,00	-100,00%
Investimentos financeiros	5 000,00	5 000,00	5 000,00	100,00%
Banco BES	5 000,00	5 000,00	5 000,00	
<i>Depósitos de garantias e cauções</i>	56 899,89	59 303,89	-2 404,00	-4,05%

Os Meios financeiros líquidos, do Grupo Público, diminuíram em cerca de 59,31% de 2022 para 2023 o que se traduz em menos 4.991.421,18€.

23.2 – Detalhe das contas do Balanço – Passivo

23.2.1 - Passivo por impostos diferidos

No Grupo Público consolidado não existem passivos por impostos diferidos a registar.

23.2.2 – Outras Contas a pagar

O montante de outras contas a pagar refere-se às cauções existentes e por liberar no montante de 56.899,89€. À data de 31.12.2023 e por fornecedor, temos:

Designação	Saldo Final 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Cauções	56 899,89	72 687,89	-15 788,00	-21,72%
Recebidas de terceiros	56 899,89	72 687,89	-15 788,00	-21,72%
Exigível a mais de 12 meses	56 899,89	72 687,89	-15 788,00	-21,72%
Lusocol - Sociedade Lusa de Construções, Lda	1 082,30	1 082,30	0,00	0,00%
Augusto de Oliveira Ferreira & C ^a , Lda	5 944,47	5 944,47	0,00	0,00%
Lopes & Pinho - Soc. De Construções, Lda	1 528,65	1 528,65	0,00	0,00%
Edilages - Engenharia e Construção, Lda	28 741,57	0,00	28 741,57	100,00%
Polisproeza - Engenharia e Construção, Lda	11 141,35	34 340,73	-23 199,38	-67,56%
Nico D'Obra Eng. e Construções, Lda	0,00	11 141,35	-11 141,35	-100,00%
Solidium, A.C.E	1 233,98	2 404,00	-1 170,02	-48,67%
Irreverentacesso, Lda	7 227,57	0,00	7 227,57	100,00%

23.2.3 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No final de 2023, não existem dívidas a credores por Transferências e subsídios não reembolsáveis no Grupo Público.

23.2.4 – Fornecedores

Designação	Saldo Final 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Fornecedores	1 535 347,18	1 375 037,27	160 309,91	11,66%
Fornecedores c/c	1 535 347,18	1 375 037,27	160 309,91	11,66%
Exigível até 12 meses	1 535 347,18	1 375 037,27	160 309,91	11,66%

O montante da dívida do Grupo Público a diversos fornecedores a 31 de dezembro de 2023 é de 1.535.347,18€ e corresponde a um aumento de 11,66% em comparação com o ano de 2022, o que em termos absolutos corresponde a mais 160.309,91€.

23.2.5 – Estado e Outros entes Públicos

Designação	Saldo Final 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Estado e outros entes públicos	84 682,37	60 579,35	24 103,02	39,79%
Imposto sobre o rendimento	24 413,78	0,00	24 413,78	100,00%
Retenção de impostos sobre rendimentos	8 622,69	11 129,26	-2 506,57	-22,52%
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	51 645,90	49 450,09	2 195,81	4,44%

As dívidas ao estado no montante de 84.682,37€ referem-se a retenções efetuadas nos pagamentos de descontos da entidade e do trabalhador referente ao mês de dezembro, que apenas podem ser pagos no mês seguinte.

23.2.6 – Financiamentos obtidos

Designação	Saldo Final 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Instituições de crédito e sociedades financeiras	5 659,37	0,00	5 659,37	100,00%

O montante de 5.659,37€ corresponde a um valor de financiamento do imobilizado e da utilização do cartão de crédito.

23.2.7 – Outras contas a pagar

Designação	Saldo Final 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Outras Contas a pagar	4 329 687,81	4 699 890,87	-370 203,06	-7,88%
Credores por acréscimos de gastos	638 136,45	643 119,88	-4 983,43	-0,77%
Remunerações a Liquidar	413 851,94	383 091,25	30 760,69	8,03%
Outros acréscimos de gastos	224 284,51	260 028,63	-35 744,12	-13,75%
Outras entidades	3 691 551,36	4 056 770,99	-365 219,63	-9,00%

As outras contas a pagar, no montante de 4.329.687,81€, referem-se aos credores por Acréscimos de gastos, nomeadamente ao pagamento das remunerações de férias e estimativas de férias que ocorre em 2024, mas cujo custo deve ser reconhecido em 2023 no montante de 413.851,94€ e o restante a Outros acréscimos de gastos, no montante de 224.284,51€. As Outras entidades correspondem a: Projeto “Tampinhas e Embalagens”; Autoridade Nacional de Resíduos; Fornecedores de investimentos e ainda outros credores diversos.

23.3 – Análise às Contas do Património Líquido

O total do Património Líquido da Valsousa à data de 31 de dezembro de 2023 é de 22.496.569,34€ e está decomposto da seguinte forma:

Designação	Saldo Final 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022
51 - Património	7 238 131,62	7 238 131,62
55 - Reservas	2 922 292,60	2 922 292,60
56 - Resultados transitados	10 162 316,61	7 739 275,60
57 - Ajustamentos em Ativos Financeiros	0,00	0,00
59 - Outras Variações no património Líquido	2 287 802,45	2 360 192,66
Resultados Líquidos	-113 973,94	-382 580,03
Total	22 496 569,34	19 877 312,45

- Património – 7.238.131,62€ corresponde ao balanceamento de abertura resultante da aplicação pela primeira vez do POCAL.

- Reservas – 2.922.292,60€. Esta conta é constituída pelas Reservas Legais (562.317,66€) e pelas Reservas livres (2.359.974,94€).

- Resultados transitados – 10.162.316,61€ corresponde ao saldo da conta de resultados de anos anteriores e da Reclassificação de ajustamentos em Ativos Financeiros.

- Outras variações no património Líquido – 2.287.802,45€ resultam da regularização às contas de transferências e subsídios de capital e das doações.

- Resultados Líquidos – (-) 113.973,94€. O Grupo Público apresenta resultados líquidos negativos. Este montante resulta do balanceamento dos Gastos e Rendimentos ocorridos em 2023.

23.4 – Detalhe das Contas de Demonstração de Resultados Consolidados

23.4.1 – Vendas

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Vendas	2 494 821,53	2 521 043,99	-26 222,46	-1,04%

O total das vendas do Grupo Público ocorridas em 2023 foi de 2.494.821,53€. Houve um decréscimo ligeiro das vendas de 1,04% a que corresponde menos 26.222,46€.

23.4.2 – Prestação de Serviços e Concessões

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Prestações de serviços e concessões	4 132 726,08	3 380 059,75	752 666,33	22,27%

As prestações de serviços do Grupo Público ocorridas durante o ano de 2023, no montante de 4.132.726,08€ tiveram um aumento de 22,27% em relação ao ano anterior e correspondem a um aumento em termos absolutos de 752.666,33€ resultando essencialmente do incremento na rubrica de deposição de resíduos e outros serviços.

23.4.3 – Transferências e subsídios correntes obtidos

O montante de transferências e Subsídios correntes obtidos, de 2.908.556,51€ correspondem ao valor das quotas, para funcionamento, para a RR, para o VSD e Juntas de Freguesia, emitidas, aos Municípios (2.701.904,26€), à CIMTS (16.579,30€) e de financiamento em projetos cofinanciados (206.652,25€) cujos rendimentos foram reconhecidos em 2023. Traduz-se num aumento de 3,90%.

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final a 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Transferências correntes	2 908 556,51	2 799 510,39	109 046,12	3,90%
Administrações Públicas	2 701 904,26	2 543 355,28	158 548,98	6,23%
Estado	0,00	0,00 €	0,00	0,00%
Outras	0,00	0,00 €	0,00	0,00%
Administração Local	2 701 904,26	2 543 355,28	158 548,98	6,23%
Associações de Municípios	16 579,30	42 588,32	-26 009,02	-61,07%
Municípios	2 685 324,96	2 500 766,96	184 558,00	7,38%
Município de Castelo de Paiva	106 336,87	93 862,44	12 474,43	13,29%
Município de Felgueiras	1 351 488,88	1 256 472,53	95 016,35	7,56%
Município de Lousada	744 028,78	677 453,35	66 575,43	9,83%
Município de Paços de Ferreira	110 984,59	111 361,08	-376,49	-0,34%

Município de Paredes	123 409,99	122 866,08	543,91	0,44%
Município de Penafiel	118 809,79	112 846,08	5 963,71	5,28%
Outros Municípios	130 266,06	125 905,40	4 360,66	3,46%
Resto do Mundo	206 652,25	256 155,11	-49 502,86	-19,33%
Subsídios à Exploração	21 862,11	0,00	21 862,11	100,00%
Total	2 930 418,62	2 799 510,39	130 908,23	4,68%

23.4.4 - Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos

O saldo é nulo, resultante dos ajustamentos efetuados.

23.4.5 – Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica no montante de 4.591.219,56€, decompõe-se da seguinte forma:

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final a 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Fornecimentos e serviços externos	4 591 219,56 €	4 264 815,69 €	326 403,87	7,65%
Subcontratos e parcerias	31 734,00 €	0,00 €	31 734,00	100,00%
Serviços especializados	2 153 187,58 €	2 018 703,24 €	134 484,34	6,66%
Materiais de consumo	76 051,62 €	66 588,41 €	9 463,21	14,21%
Energia e fluidos	141 720,52 €	100 459,09 €	41 261,43	41,07%
Deslocações, estadas e transportes	4 420,87 €	3 377,42 €	1 043,45	30,89%
Serviços diversos	2 184 104,97 €	2 075 687,53 €	108 417,44	5,22%

Ocorreu um aumento de gastos de 7,65% no montante dos Fornecimentos e Serviços Externos em relação ao ano de 2022, sendo a componente referente a “Subcontratos e parcerias” a que apresenta maior aumento percentual, seguida da componente de “Energia e Fluidos”. Em termos absolutos o maior aumento ocorre na rubrica de Serviços especializados, no montante de 134.484,34€

23.4.6 – Transferências e Subsídios concedidos

Designação	Saldo Final 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Transferências e subsídios concedidos	39 342,56 €	39 342,56 €	0,00	0,00%
Transferências correntes concedidas	39 342,56 €	39 342,56 €	0,00	0,00%
Administração Local	30 562,56 €	30 562,56 €	0,00	0,00%
Freguesias	30 562,56 €	30 562,56 €	0,00	0,00%
Outros setores institucionais	8 780,00 €	8 780,00 €	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	8 780,00 €	8 780,00 €	0,00	0,00%

Durante o ano de 2023, tal como no ano anterior, o Grupo Público reconheceu como gasto o montante de subsídios correntes concedidos de 39.342,56€, afetos às juntas de Freguesia, para cumprimento dos protocolos existentes com as Juntas de Rio Mau, Sebolido e Lustosa, pela utilização dos aterros e o reconhecimento do gasto com o pagamento das quotas de associado à Trans românica e Turismo do Porto e Norte. Mantém desta forma os mesmos montantes do ano anterior.

23.4.7 – Outros Rendimentos

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Outros Rendimentos e Ganhos	641 019,22	626 147,77	14 871,45	2,38%
Rendimentos Suplementares	2 602,00	0,00	2 602,00	100,00%
Outros rendimentos suplementares	2 602,00	0,00	2 602,00	100,00%
Ganhos em Inventários	6 695,52	0,00	6 695,52	100,00%
Sinistros	550,00	0,00	550,00	100,00%
Outros ganhos	1 375,00	0,00	1 375,00	100,00%
Mercadorias	4 770,52	0,00	4 770,52	100,00%
Rendimentos e ganhos em Inv. Não financeiros	6 041,00	0,00	6 041,00	100,00%
Sinistros	2 450,00	0,00	2 450,00	100,00%
Outros ganhos	3 591,00	0,00	3 591,00	100,00%
Outros	612 991,93	626 147,77	-13 155,84	-2,10%
Correções relativas a períodos anteriores	20 633,13	72 799,51	-52 166,38	-71,66%
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	576 378,91	545 463,05	30 915,86	5,67%
Outros não especificados	15 980,03	7 885,21	8 094,82	102,66%
Juros, dividendos e outros rendimentos	12 688,63	0,00	12 688,63	100,00%

O valor dos outros rendimentos no montante de 641.019,22€ é justificado essencialmente pela especialização referente aos subsídios de investimento de bens financiados e de correções relativas a períodos anteriores derivada do excesso de estimativa de férias e subsídio de férias. O montante de 12.688,63€ corresponde aos juros obtidos de depósitos a prazo.

23.4.8 – Outros gastos

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Outros Gastos	264 371,28 €	231 448,93 €	32 922,35	14,22%
Impostos	11 960,95 €	54 565,48 €	-42 604,53	-78,08%
Dívidas Incobráveis	49 078,19 €	0,00 €	49 078,19	100,00%
Perdas em Inventários	7 596,32 €	0,00 €	7 596,32	100,00%
Gastos em investimentos não financeiros	0,00 €	291,46 €	-291,46	-100,00%
Outros	195 735,82 €	176 591,99 €	19 143,83	10,84%
Correções relativas a períodos anteriores	47 647,69 €	46 041,00 €	1 606,69	3,49%
Outros não especificados	148 088,13 €	130 550,99 €	17 537,14	13,43%

O valor de outros gastos no montante de 264.371,28€ resulta do aumento do reconhecimento de gastos de correções relativas a períodos anteriores e outros não especificados. Atente-se também o valor das dívidas incobráveis e das perdas em Inventário. O valor dos “Outros gastos” apresenta um aumento de cerca de 14,22% quando comparado com o ano anterior, a que corresponde 32.922,35€.

23.4.9 – Gastos/Reversões de depreciações e amortizações

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Gastos de depreciação e de amortização	1 523 891,17	1 477 958,42	45 932,75	3,11%
Ativos fixos tangíveis	1 231 053,53	1 451 590,83	-220 537,30	-15,19%
Edifícios E O. Construções - Outros	150 048,04	389 891,17	-239 843,13	-61,52%
Equipamento de Transporte - Outros	321 563,09	550 822,73	-229 259,64	-41,62%
Equipamento administrativo	27 873,43	416 015,94	-388 142,51	100,00%
Outros Ativos Fixos Tangíveis - Outros	241 210,85	251 766,04	-10 555,19	-4,19%
Ativos fixos intangíveis	364 890,23	26 367,59	338 522,64	1283,86%

O montante dos gastos com as depreciações e amortizações em 2023 foi de 1.523.891,17€ a que corresponde um aumento de 3,11% e resulta de uma diminuição nos Ativos Fixos Tangíveis e um aumento nos Ativos Fixos Intangíveis.

23.4.10 – Juros e Gastos similares

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Gastos e perdas de Financiamentos	83,22	2,56	80,66	3150,78%
Juros de financiamentos obtidos	81,17	0,00	81,17	100,00%
Juros de Mora	2,05	2,56	-0,51	-19,92%

23.4.11 – Impostos sobre o rendimento do período

Designação	Saldo Final a 31.12.2023	Saldo Final 31.12.2022	Variação	
			Absoluta	%
Imposto sobre o rendimento	24 413,78	9 322,36	15 091,42	161,88%
Imposto Corrente	24 413,78	9 322,36	15 091,42	161,88%

Nas demonstrações financeiras consolidadas, não existe refletida informação adicional que resultassem de acontecimentos após a data do balanço, dado que os mesmos não ocorreram.

24 - Indicadores Economico- Financeiros

Tendo em conta as demonstrações financeiras consolidadas, é feita uma breve análise aos principais indicadores de gestão, nomeadamente os indicadores económico-financeiros. Como tal, são utilizados rácios, que estabelecem relações entre contas e agrupamento de contas, permitindo desta forma uma visão global da situação económico-financeira do Grupo Autárquico. Apesar das limitações, os rácios são uma ferramenta de análise muito utilizada, devido à facilidade e rapidez na sua construção e análise.

Em complemento às demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros:

Dimensão	Indicador	2023	2022	2021
Liquidez	Liquidez Geral	1,28	2,04	3,04
	Liquidez reduzida	1,26	2,03	3,03
	Liquidez Imediata	0,57	1,37	2,00

Os rácios de liquidez avaliam a capacidade do Grupo Público para gerar meios líquidos suficientes para satisfazer os compromissos mais exigíveis e manter o normal funcionamento das atividades. Quanto mais elevados forem os valores dos rácios em relação à unidade, maior será a capacidade para cumprir as responsabilidades mais exigíveis.

O Grupo Público apresenta rácios de liquidez superiores à unidade, significa que o Grupo Público tem capacidade para fazer face aos compromissos de curto prazo. No entanto assiste-se a uma diminuição da liquidez desde 2021, encontrando-se a liquidez imediata abaixo da unidade.

Dimensão	Indicador	2023	2022	2021
Rentabilidade	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios	-135,01%	-144,16%	-144,16%
	Taxa de margem Bruta	2852,25%	3102,24%	8976,93%
	Rentabilidade do património Líquido		-192,47%	-75,92%
	Rentabilidade operacional do ativo	-28,70%	-120,64%	34,62%

Estes indicadores medem a capacidade dos capitais investidos e da atividade do Grupo Público para gerar rendimentos, são indicadores de eficiência com referência aos resultados operacionais. Valores negativos evidenciam um mau desempenho.

Dimensão	Indicador	2023	2022	2021
Atividade	Grau de rotação do ativo	21,26%	19,07%	23,94%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	132	100	77
	Prazo Médio de Recebimentos	179	189	235
	Prazo Médio de Pagamentos	122	118	103
	Prazo Médio de Pagamentos - Programa pagar a tempo e horas	127	123	109

Os indicadores de atividade constituem uma análise complementar da liquidez, permite perceber se as políticas de crédito concedidas a clientes e os prazos de pagamento existentes são adequados bem como verificar a eficácia na gestão dos inventários.

O rácio ou indicador de rotação do ativo é um rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência com que a empresa está a utilizar os seus ativos. Quanto maior o valor do rácio de rotação do ativo, maior é a eficiência com que a empresa está a gerar vendas.

Em relação ao Tempo Médio de Inventários, significa que o prazo médio da permanência de inventários em armazém, passou para de 100 para 132 dias.

Tendo em conta o nº de dias, podemos afirmar que o Grupo Público, continua a demorar mais tempo a receber do que a pagar. De notar também uma diminuição do nº médio de dias que demora a receber de 189 para 179, mas um aumento no número médio de dias a pagar de 123 para 127 dias a pagar.

Dimensão	Indicador	2023	2022	2021
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	72,17%	64,24%	57,08%
	Solvabilidade	259,30%	179,68%	132,98%
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	1075,18	145802,78	154561,02
	Endividamento	27,83%	35,76%	42,92%

O Activo é financiado em cerca de 72,17% com recurso a capitais próprios, conforme indicado pelo rácio de Autonomia Financeira. Este rácio representa a percentagem dos ativos totais da entidade financiados pelo Património Líquido. Quanto maior for o rácio de autonomia financeira maior será a parte das aplicações da entidade a ser financiada pelo património líquido e menor a parte a ser financiada com recurso a financiamento externo.

O rácio de Solvabilidade representa a capacidade financeira da entidade para desenvolver as suas atividades. Como o grau de Solvabilidade é superior a 1 significa que o Património Líquido do Grupo Público é suficiente para cobrir todas as suas obrigações.

O Grupo Público apresenta um grau de cobertura dos gastos financeiros bastante elevados e como tal significa que o Património Líquido é suficiente para cobrir todas as suas obrigações.

O rácio do endividamento avalia o grau de dependência financeira face a terceiros, quanto maior for o rácio maior é a vulnerabilidade face a terceiros. O rácio de endividamento apresenta um valor de 27,83% diminuindo em relação a 2022, o que significa que apenas cerca de 28% do ativo está a ser financiado pelo passivo.

De uma forma geral de 2022 para 2023, os indicadores analisados apresentam uma ligeira degradação.

Aprovação do Relatório e Contas Consolidadas

Submete-se o presente Relatório e Contas Consolidadas à aprovação do Conselho Diretivo, nos termos do artigo 76º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Após a sua aprovação, o mesmo deve ser submetido a apreciação e votação da Assembleia Intermunicipal, nos termos do nº 2, do artigo 76º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, alterada pelo Artº 7-C da Lei nº 7/2020 de 7 de maio e posteriormente remetido ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos legais definidos para o efeito.

Lousada, em 13 de Junho de 2024.



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

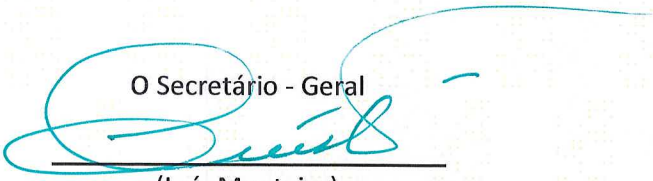
(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

Chefe Equipa Multidisciplinar
Administrativa e Financeira



(Maria de Fátima Fonseca)

O Secretário - Geral



(Luís Monteiro)

Órgão Executivo

Em 24 de Junho de 2024

Órgão Deliberativo

Em 24 de Junho de 2024
